

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas



### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	<p>Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805</p> <p>1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.2</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire	
Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva,	
Fernanda Araújo Tavares Sabino	
Alice Lima da Silva	
Thayná Souto Batista	
Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira	
Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva Samilly dos Santos Bernardo Luis Joel Nunes De Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz Nadjeana Ramalho da Silva Elaine Cristina Meireles Silva Elenith Jussier de Lima Silva Ivanildo Severino da Silva Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda Eliza Ribas Gracino Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	



<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA

**Antônio Ferreira de Melo Júnior**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –  
Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas  
Faculdade Educacional da Lapa – Departamento  
de História  
Natal – Rio Grande do Norte

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo discutir os Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*), doravante ESD, para problematizar o ofício profissional do ledor no sentido de concretizar políticas e práticas inclusivas nas universidades brasileiras. Baseando-se na desconstrução de Jacques Derrida como referencial teórico-metodológico, o texto discute os traços fundamentais dos ESD, enfatizando a tensão provocada pelos textos de Tom Shakespeare, os seus principais intelectuais e ideias e tenta aplicá-las ao ofício de ledor, desempenhado junto à Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas e Ações Inclusivas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, campus de Natal (DAIN/UERN/CAN). Dessa experiência aparecem como resultados a necessidade de o ledor ser também um pesquisador atento às questões sociais, ser um proponente de ideias de intervenção pedagógica. Nas considerações finais, são apontadas a redefinição das atribuições profissionais do ledor, a busca pela regulamentação da profissão e a

reafirmção do influxo das Humanidades para a compreensão das pessoas com deficiência em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Sobre a Deficiência. Ledor. Educação Inclusiva.

**ABSTRACT:** This paper aims discuss the Disability Studies toward problematizing the Reader's job in the politics and in the inclusive pratics in Brazilian universities. Distinguishing between Reader (*Ledor*) and Reader (*Leitor*), the paper is based in the deconstruction of Jacques Derrida like theoretical referencial and discusses the fundamental traces of the Disability Studies (especially the texts of Tom Shakespeare), the intellectuals and principal ideas to apply them to the Reader's job, in the Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brazil. From this experience of inclusion in Education appear as results the need for the Reader to be also a researcher attentive to social issues, a proposer of ideas of pedagogical intervention. In the final considerations, the redefinition of the professional attributions of the Reader, the search for the regulation of the profession and the reaffirmation of the influence of the Humanities for the understanding of people with disabilities in society are pointed out.

**KEYWORDS:** Disability Studies. Reader.

## 1 | INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é discutir os Estudos Sobre a Deficiência (*Disability Studies*), doravante ESD, para problematizar o ofício profissional do ledor no sentido de concretizar políticas e práticas inclusivas nas universidades brasileiras. Para tanto, partimos das nossas leituras pessoais e da nossa propedêutica atuação na Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, *Campus* de Natal (DAIN/UERN/CAN).

Enquanto profissão não regulamentada, a de ledor é respaldada pela Lei de Contratação Temporária de Interesse Público (BRASIL. Lei 8.745/1993, artigo 2º, XII) que impele as universidades à contratação de profissionais de acordo com as demandas e necessidades específicas. Nesse sentido, é sobremaneira justificável uma problematização desse ofício à luz dos ESD, que se constituem enquanto uma consolidada área do conhecimento no campo das humanidades, cujos textos em sua diversidade de perspectivas são publicados pelas principais editoras europeias, a partir do vínculo com os movimentos sociais. É preciso dizer também que eles têm alcançado comprovada mudança nas percepções e nas práticas pedagógicas dos professores (COSIER; MCKEE; GOMEZ, 2016) e que influenciaram decisivamente a transformação da legislação acerca da pessoa com deficiência, a exemplo da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde, produzida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001 (DINIZ, 2007, p. 17; 37; 41-57).

## 2 | METODOLOGIA

O nosso trabalho se insere na fronteira entre a História da Deficiência (BROGNA, 2009, p. 157-187; LONGMORE & UMANSKY, 2001; STIKER, 2000) e os Estudos Sobre a Deficiência na Educação (NUERNBERG, 2015, p. 555-558). Situar-se nas fronteiras, como mostrou a renomada pesquisadora, significa “buscar intervenções e mudanças e ressignificação dia a dia das práticas educativas” (AGUIAR, 2017, p. 13).

Remetendo a deficiência à História e à Pedagogia, entendemos que os juízos pelos quais as pessoas com deficiência são percebidas na sociedade integram os juízos estéticos analisados por Kant, ou seja, se referem ao sujeito e ao seu sentimento de prazer ou desprazer, não ao objeto em si (KANT, 2006). Em que pese exceção kantiana feita ao belo, Derrida (1978) mostrou que a rosa kantiana é produto da escritura do pensador iluminista.

Assim, empregamos a desconstrução derridiana (DERRIDA, 1973) como referência metodológica, tencionando uma movimentação que saia dos textos canônicos e repense a constituição do próprio cânon e que procure traçar as relações

onde elas estão perceptíveis no vocabulário. Isso implica em falar dos “fantasmas” que não estão presentes, que nos incomodam; e em nos posicionarmos contra qualquer espécie de totalitarismo (DERRIDA, 1994).

### 3 | DESCONSTRUINDO A DISCUSSÃO: OS TRAÇOS FUNDAMENTAIS DOS ESD

Se os ESD podem ser considerados a junção de diversas escrituras, a crítica a eles não deve ser raciocinada como uma exterioridade, mas sim como uma mutação na história da escritura; é uma escritura entre tantas outras. Nessa perspectiva, convém analisar os textos de Sir Thomas William Shakespeare, doravante Tom Shakespeare, o barão inglês, membro do tradicional grupo cristão Sociedade Religiosa dos Amigos, mais conhecido como Quakers, e professor da Universidade de East Anglia, aquele que se tornou uma dos principais intelectuais sobre inclusão na contemporaneidade.

Sociólogo e apresentando deficiência associada à acondroplasia, Tom Shakespeare já concluía, em 2006, que “A medicalização da deficiência é inapropriada e um obstáculo à análise e política efetiva. Mas o modelo social é só uma das opções avaliáveis para teorizar a deficiência” (SHAKESPEARE, 2006, p. 203), o que de alguma forma indiciava para a audiência anglófila a superação dos ESD. Tal indício surgia momentos após ele publicar a obra que almejava repensar o cânone dos textos sobre a deficiência, ‘Disability: Rights and Wrongs’ (SHAKESPEARE, 2002).

Conciliando pressupostos biológicos e sociais e trazendo à luz cenas de escritura dos países como a Suécia, Shakespeare (2002) traz duas teses complementares: a primeira é que a distinção dicotômica entre lesão e deficiência não se sustenta, porque as lesões podem causar desconfortos psicológicos que interferem na experiência de vida dentro de determinado contexto social, porquanto muitas lesões têm causas sociais (fome, pobreza), de modo que não existe lesão sem deficiência, nem deficiência sem lesão; e lesão não constitui uma essência, ela nasce em um solo cultural e social específico. Antes de oposição, existiria interpenetração entre lesão e deficiência. Nesse sentido, seria importante o debruçamento dos intelectuais sobre as implicações psicológicas, biológicas e sociais das lesões pelos seguintes fatores: as próprias pessoas com deficiência dão importância à lesão; as respostas médicas às lesões, inclusive as prevenções, continuam a ter sua relevância na melhoria da qualidade de vida; e as barreiras sociais (exclusão, desigualdade social) causam e exacerbam as lesões (SHAKESPEARE, 2002, p. 29-53).

A segunda tese é que o conceito de deficiência deveria ser redefinido. Por “deficiência” dever-se-ia entender uma complexa interação entre elementos intrínsecos ao indivíduo e elementos ambientais e estruturais, não como uma forma de opressão social ou uma identidade política fixa, admitindo-se como premissa a pluralidade ideológica, de deficiência e de visões de mundo entre as pessoas deficientes (SHAKESPEARE, 2002, p. 53-67). Deficiência é uma realidade multifatorial

e biopsicossocial.

Não obstante as implicações teóricas do interacionismo, a leitura da obra de Nancy Fraser e o pouco espaço dado na análise à realidade sul-americana, a perspectiva do sociólogo inglês é retomada hoje, sendo direcionada, inclusive, ao público não universitário (SHAKESPEARE, 2018, p. 1-23), e pressupõe crítica constante aos ESD. Em respeito ao programa da desconstrução, então, é necessário discutir os traços fundamentais dos ESD, de modo a repensarmos o interacionismo.

Trazendo na memória as lutas imperiais, as duas guerras mundiais e o retorno dos mutilados da Guerra do Vietnã, a população de países outrora colonizados ou ainda em colonização, sobretudo os intelectuais formados nas antigas nações imperialistas, passou a tecer laços de solidariedade, promovendo revoluções, ideias anticoloniais e movimentos de libertação nacional. A Revolta contra o Ocidente, como veio a ser chamada, aproveitou-se da saída nacionalista dada na passagem do século XIX para o XX na intenção de amenizar os conflitos entre os grupos sociais e conseguir formar elites locais contra as potências ocidentais. Tendo em vista a Queda do Liberalismo, a piora na condição humana das pessoas, o desastre do nazismo e do fascismo, tais elites nutriram-se de uma linguagem, símbolos políticos e econômicos marcados pela luta contra o imperialismo. Considerando a Grande Guerra como marco de nascimento político, econômico e cultural do Ocidente no século XX (HOBSBAWM, 1991), é razoável entender a Revolta contra o Ocidente como “uma reação contra o imperialismo que atingira seu auge no último quartel do século XIX” (BARRACLOUGH, 1996, p. 101). Esse é o fundamento sobre o qual foi criada a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (UPIAS) em 1976 na Inglaterra, com o objetivo de “redefinir a definição em termos de exclusão social”, como “uma forma particular de opressão social” (DINIZ, 2007, p. 16), raciocinando o imperialismo não somente na perspectiva das dinâmicas dos Estados, mas principalmente nas dinâmicas internas aos Estados, nas tensões de cada sociedade, tal como característico das produções inspiradas em movimentos como Maio de 1968. Era assim que a UPIAS distinguia entre lesão e deficiência e procurava os insumos da História, da Sociologia e da Geografia para embasar os seus estudos.

Na esteira da UPIAS, surgem os ESD, dos quais podemos identificar três traços fundamentais, que perpassam todos os seus teóricos e todos os seus escritos, a saber: o modelo social de deficiência, que questiona o saber médico ao distinguir lesão de deficiência; a ideia de que a inclusão das pessoas com deficiência deve ser feita à luz e com participação de pessoas com deficiência; e a busca por uma redefinição epistemológica a partir da defesa da diferença e dos oprimidos socialmente.

O modelo social de deficiência pode ser entendido como uma visada sobre a questão da inclusão centrada nas ciências humanas, especialmente na Sociologia e da História. À luz desse modelo, a deficiência é entendida como uma relação de poder, imersa em lutas de classe e de representações, fruto das relações sociais, como um signo sempre em movimento, não como um dado natural e inquestionável. A



deficiência é uma produção social e discursiva feita a partir de determinados lugares sociais, de interesses, de estratégias, de racionalidades e de sujeitos e Estados que moldam e gerem o espaço nacional. Exemplo disso encontramos no clássico ‘The politics of disablement’, de Michael Oliver (1990).

Identificando-se como um “sociólogo deficiente” e enquanto um dos fundadores da UPIAS, Oliver (1990) objetiva em seu livro aplicar as perspectivas sociológicas ao tema da deficiência, tendo como referencial teórico o materialismo histórico gramsciano aliado às contribuições positivistas de Auguste Comte e ao estruturalismo de Michel Foucault. Nessa intenção, o autor concebe a deficiência como uma construção social referente à ascensão do capitalismo, notadamente às fases e às mudanças do seu modo de produção, bem como à racionalização da sociedade, uma vez que as pessoas com deficiência foram, ao longo da história, excluídas da produção e marginalizadas por um saber que se pretendia racional (OLIVER, 1990, p. 25-42). Assim, ele lança a tese de que “deficiência” é uma construção ideológica ocidental do chamado “Imperialismo médico”. A teoria da medicalização consistiria numa política dentro da sociedade capitalista, pois significaria a forma de afirmar a superioridade do saber médico frente aos demais saberes e de legitimar o domínio do médico sobre a burocracia do estado nacional, inclusive no sentido de esconder as causas sociais da deficiência e de se remeter à culpa individual da pessoa pela sua deficiência por meio da dicotomia normal/anormal. O saber médico seria o instrumento ideológico precípuo para a produção de deficiência na contemporaneidade (OLIVER, 1990, p. 43-69).

Na crítica aguda ao saber médico, Oliver (1990) procura enfatizar a importância da linguagem e entende que a própria definição do que vem a ser deficiência deve se referir exclusivamente à sociedade. Para tanto, o seu grande pressuposto é a não aceitação das definições “oficiais”, isto é, as promovidas por instituições ligadas aos Estados, como a da Organização Mundial da Saúde (OMS), pois ele almeja dar voz às pessoas com deficiência e busca evidenciar a diversidade de contextos locais, nacionais e internacionais da questão (OLIVER, 1990, p. 4-6). Nesses termos, a definição dele dá centralidade à UPIAS:

[...] Deficiência [é] a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que leva pouco ou em nenhuma consideração o relato de pessoas que têm lesões físicas e assim as exclui das atividades sociais cotidianas (UPIAS *apud* OLIVER, 1990, p. 11).

As ideias de Oliver (1990) revelaram-se sobremaneira influentes: trabalhos sobre a relação entre o Estado de bem-estar social e as pessoas com deficiência (KELLY, 2001, p. 412-429), as atitudes dos profissionais de saúde para com as pessoas com deficiência (BARNARTT; SCHRINER; SCOTCH, 2001, p. 450-467) e a análise das implicações espaciais provenientes das hierarquias dos higienistas (SNYDER & MITCHELL, 2006) têm como referência a escrita do intelectual inglês.

Sem se dissociar do traço anterior, outro traço fundamental dos ESD é o lugar

político ocupado pela pessoa com deficiência. Na medida em que as leis são apreciadas por meio de suas ligações com as instituições, o raro vínculo dados às práticas e à compreensão do mundo das pessoas com deficiência é diretamente associado à lei, que, portanto, não representa o grupo ao qual procura se referir. Não pode o subalterno/deficiente falar por meio das leis. No máximo, seria possível um conjunto de retóricas visuais (maravilhoso, sentimental, exótico e realista) que almejaríamos falar sobre as pessoas com deficiência, nos termos colocados por uma autora foucaultiana (THOMSON, 2001, p. 335-374). Outrossim, dada a apreciação em relevo do aparato legal, a consequência imediata é que uma lei não pode ser ponto de partida, senão de chegada, em consonância com as lutas sociais que ensejam a produção das leis. De todo modo, entre um e outro movimento, não permitir que outrem fale globalmente pelas pessoas com deficiência sem participação e voz delas alude a um ato político, porque isso intenciona uma mudança na forma como as relações de poder e de saber são tecidas não só na relação entre sujeitos e o Estado, mas também entre os próprios sujeitos.

Essa perspectiva encontra exemplaridade no clássico ‘Nothing about Us without Us: Disability Oppression and Empowerment’, de James Charlton (2000). Partindo da própria experiência de pessoa e ativista com deficiência nos EUA, da observação da vida cotidiana de diversas pessoas com deficiência e chamando a atenção para países como a África do Sul, o autor objetiva dar melhor suporte e compreensão à emergência do movimento de direitos internacionais da pessoa com deficiência por meio de uma discussão epistemológica da deficiência (CHARLTON, 2002, p. 5). Nessa intenção, ele retoma a ideia de deficiência como uma construção social e busca empoderamento a pessoa com deficiência nas esferas política, econômica e social e cultural contra todo tipo de opressão. Por opressão, ele entende uma forma na qual os indivíduos são subjugados em todas as esferas da vida social e degradados por ideologias de superioridade e inferioridade.

Tentando superar essas ideologias por meio do vínculo entre o movimento de direitos das pessoas com deficiência e os movimentos de libertação nacional, o Charlton (2002) entende que existem três formas de opressão: crenças culturais, internalização psicológica e sistema político-econômico. Nesse sentido, a superação da opressão e a construção do empoderamento teria seu âmago na compreensão do Sistema Mundo, uma vez que não é coincidência que a maioria da população global de pessoas com deficiência esteja em condição de pobreza e de degradação social tendo em mente, inclusive, que a política de contenção da Organização das Nações Unidas (ONU) admite a pobreza em determinados níveis. Tendo Karl Marx como uma referência importante, o autor aponta que a emergência do capitalismo excluiu as pessoas com deficiência da produção, distribuindo-as em diferentes zonas do globo e fomentando respostas pró-sistema de cunho cultural e psicológico que apresentassem uma marginalidade e uma interiorização da inferioridade por parte dessas pessoas. Nesse quadro, o seu estudo defende a tese de que é necessária a

rejeição institucionalizada dessa diferença, bem como a promoção do diálogo entre as zonas por meio de um saber alicerçado nos oprimidos pelo sistema, e a síntese desse processo seria o slogan político “Nada sobre nós sem nós”. A formulação de uma identidade política global das pessoas com deficiência seria a forma de resistir ao sistema (CHARLTON, 2002, p. 21-36). Devemos notar o alinhamento dessas ideias à defesa do modelo social feita até hoje por Colin Barnes (BARNES; BARTON & OLIVER, 2002; BARNES, 2012, p. 12-29).

Essa perspectiva de uma identidade política geral começou a ser questionada com a ideia de uma redefinição dos estudos acerca da deficiência a partir da valorização da diferença, que constitui o terceiro traço fundamental dos ESD. Problematizando o que se chamou de pós-modernismo, podemos apresentar como exemplos dois textos de Lennard Davis. Sociólogo vinculado à Universidade de Chicago, Davis objetivou em ‘Identity Politics, Disability, and Culture’ (2001) questionar a inserção da deficiência nas categorias de classe, raça e gênero, partindo do pressuposto de que as identidades políticas advêm de movimentos políticos. Por isso, sua análise foca na compreensão do elemento cultural constituído pelo romance (*novel*).

A tese defendida pelo autor é que por meio do romance é possível constatar que o grande problema para as pessoas com deficiência na contemporaneidade não é a construção de uma identidade política, até porque a maioria das percepções são não políticas, mas sim que elas são percebidas como vilãs, vítimas inocentes, pessoas bondosas ou assexuadas (DAVIS, 2001, p. 536). Nesse sentido, o papel dos Estudos sobre a Deficiência seria reinterpretar os textos canônicos, demonstrando ser o realismo uma construção discursiva e a identidade política, uma impossibilidade diante da diversidade de deficiências, as quais incluiriam AIDS, obesidade, transtornos psicológicos nas grandes narrativas romanescas. Desse modo, o âmago de reflexão seria o combate à dicotomia normal/anormal, porque pessoas com deficiência podem ser, por exemplo, escoceses católicos, brasileiros reformados e outras identidades que questionam uma identidade rígida e abrangente das metanarrativas. A vantagem do estudo sobre a deficiência seria, então, interrogar e ajudar a transformar a questão da identidade das pessoas com deficiência (DAVIS, 2001, p. 535-545).

A discussão em torno da identidade foi retomada pelo autor no texto ‘The End of Identity Politics and the Beginning of Dismodernism’ (2006), onde ele tece críticas ao saber médico e ao modelo social nos seguintes termos: há instabilidade e limites de representação dos grupos identitários frente à população crescente de pessoas com deficiência; não deveria existir pretensão de exclusividade por parte de determinada concepção teórica; a tendência do contexto atual é o cosmopolitismo e um novo universalismo; é preciso construir uma nova ética e sua relação com as novas tecnologias; as lesões não são neutras; e finalmente refletir sobre o corpo e a relação com a tecnologia nas pessoas com deficiência (DAVIS, 2006, p. 237-240). Ao expor essas críticas, Davis lança a tese do dismodernismo, concebida como uma categoria operatória que considera tanto o pós-modernismo quanto o humanismo e que “pretende

criar uma nova categoria sobre o sujeito parcial, incompleto, cuja concretização não é a autonomia e a independência, mas sim a dependência e interdependência” (DAVIS, 2006, p. 241). É essa noção que, mesmo quando não citada, embasa todo o vocabulário de Shakespeare (2018).

#### 4 | RESULTADOS

Neste tópico, queremos apontar aplicações das discussões os ESD à atuação da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Como o próprio nome sugere, a DAIN recepciona a intervenção política para a compreensão e transformação do papel da pessoa com deficiência na sociedade contemporânea, o que ocorre por meio do respaldo dado pela Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015). Dado que esta Lei concebe a deficiência considerando os ESD (ver Artigo 2º, § 1º), acreditamos na aplicabilidade dessa analítica.

O que um leitor da DAIN poderia fazer enquanto agente de inclusão da pessoa com deficiência? Inicialmente, ele poderia ser um pesquisador sobre o tema para se apropriar dos termos em que a discussão é colocada, dos estudos de caso de realidades sociais similares, produzir trabalhos acadêmicos e se posicionar nos debates e dilemas envolvidos, tencionando uma intervenção pedagógica centrada na possibilidade de dar vez e voz aos discentes acompanhados. Como a DAIN é uma unidade que perpassa todos os departamentos acadêmicos (até porque os discentes integram diversos cursos universitários), tal intervenção pedagógica implicaria na busca pelo fortalecimento dos vínculos com cada departamento e na busca pela institucionalização dos contatos entre eles.

Foi à luz disso que desde quando começamos a trabalhar na UERN, em março de 2018, planejamos dois movimentos: primeiro, reunião e/ou troca mensagens com os coordenadores dos cursos na tentativa de viabilizar projetos de ensino e de monitoria que viessem a auxiliar os discentes em suas dificuldades, de acordo com os relatos deles nos atendimentos da DAIN; segundo, busca pela participação nas reuniões mensais de cada departamento e na reunião semestral do *Campus Avançado* de Natal na intenção de apresentar o papel da DAIN, as suas funções, os seus profissionais, ouvir os professores, propor ideias, de modo a ratificar o lugar da unidade dentro da instituição universitária e garantir que a inclusão seja uma política geral e tecida na prática, não somente pelo estabelecimento de cotas para entrada na Universidade.

Como adensamento desses movimentos, procuramos refletir sobre o ofício de leitor a partir das peculiaridades encontradas no trabalho cotidiano. Na UERN, temos professores com deficiência visual, em nível de cegueira total, e alunos com baixa visão em nível de pós-graduação e outros que, a partir do contato conosco, se tornaram bolsistas de extensão. O que está em questão aí é o empoderamento das pessoas

com deficiência e o respaldo desse empoderamento do ponto de vista institucional. Foi em respeito a essa legitimidade que procuramos investigar a possibilidade de abertura de projetos e da acessibilidade a eles na instituição, pois muitos estudantes com deficiência demonstravam interesse em participar de projetos de extensão e de pesquisa, porquanto os professores solicitaram maior número de inscritos em seus projetos, de modo que o leitor funcionou como um elo institucional para a efetivação da inclusão na universidade.

Esses apontamentos significam a ampliação da esfera de atuação do leitor, pois as suas eles o levam para além das atribuições técnicas, tais como a identificação de negritos, parênteses, maiúsculas, parágrafos, elementos estes que os próprios estudantes assistidos pela DAIN moldaram ou consideraram obsoletos.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, discutimos a importância dos Estudos Sobre a Deficiência, as suas principais ideias e os seus principais teóricos; mostramos a diversidade constituinte dessa frutífera vertente teórica em termos epistemológicos, políticos e identitários; e tentamos aplicar sucintamente algumas ideias da perspectiva teórica em relevo ao nosso ofício de leitor da DAIN/UERN/CAN.

Toda a discussão promovida traz alguns apontamentos que merecem ser sublinhados e aprofundados em estudos posteriores. Primeiro: a crítica desenvolvida por Tom Shakespeare ao Modelo Social, especialmente aos textos de Michael Oliver, está ainda inserida nos ESD, pois a linguagem assim o indicia, nos termos da escritura derridiana, ficando, assim, reafirmado o traço das humanidades sobre a deficiência. Segundo: analisando o ofício de leitor dentro do escopo do nosso trabalho, percebemos que aponta para uma mudança significativa nas atribuições profissionais no sentido de requerer um preparo teórico e conceitual, uma compreensão das dinâmicas geopolíticas nas quais as pessoas com deficiência se encontram, não se restringindo, portanto, às aptidões técnicas. Tal mudança poderá se efetivar em futuros editais, fortalecendo a formação na área de Humanas como elemento importante na formação do novo perfil profissional. Terceiro: os ESD apontam significativamente para um caminho de regulamentação profissional do leitor, pois este ofício ainda não tem regulamentação formal e se insere ainda nas funções técnicas de nível superior. Quarto e último: há notória carência de trabalhos sob essa perspectiva teórica no Brasil, de modo que precisamos de mais produções científicas na área, sendo urgente a tradução dos seus principais textos para a língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ana Lúcia Oliveira. Prefácio. In: ANDRADE, Francisco Ari de; TAHIM, Ana Paula Vasconcelos de Oliveira; CHAVES, Flávio Muniz (Orgs.). **Educação e contemporaneidade**: debates



e dilemas. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-16.

BARNARTT, Sharon; SCHRINER, Kay; SCOTCH, Richard. Health Care Professionals and Their Attitudes toward Decisions Affecting Disabled People. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 18. p. 450-468.

BARNES, Colin. Understanding the social model of disability: past, present and future. In: WATSON, Nick; ROULSTONE, Alan; THOMAS, Carol (Editors). **Routledge Handbook of Disability Studies**. London and New York: Routledge, 2012, chapter 2. p. 12-30.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike; BARTON, Len (Editors). **Disability Studies Today**. Cambridge: Blackwell Publishers, 2002.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8745cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8745cons.htm)>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>>. Acesso em: 02 de junho de 2018.

BROGNA, Patrícia. Las representaciones de la Discapacidad: la vigencia del pasado en las estructuras sociales presentes. In: \_\_\_\_\_. **Visiones y revisiones de la Discapacidad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2009. p. 157-187.

CHARLTON, James. **Nothing about Us without Us: Disability Oppression and Empowerment**. California: University of California Press, 2002.

COSIER, Meghan; MCKEE, Aja; GOMEZ, Audri. A Study of the Impact of Disability Studies on the Perceptions of Education Professionals. **Review of Disability Studies: An International Journal**. Volume 12, issue 4, 2016. Disponível em: << <http://www.rdsjournal.org/index.php/journal/article/view/528>>>.

DAVIS, Lennard. Identity Politics, Disability, and Culture. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 22. p. 535-544.

\_\_\_\_\_. The End of Identity Politics and the Beginning of Dismodernism: on Disability as an Unstable Category. In: \_\_\_\_\_. (Editor). **The Disability Studies Reader**. New York; London: Routledge, 2006, chapter 19. p. 231-242.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. **La Vérité en Peinture**. Paris: Édition Flammarion, 1978.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (de 1914 a 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KANT, Immanuel. **Kritik der Urteilskraft**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2006. (Philosophische

Bibliothek, Band 507).

KELLY, Michael. Welfare States and Disabled People. In: ALBRECHT, Gary; SEELMAN, Katherine; BURY, Michael (Editors). **Handbook of Disability Studies**. London: Sage Publications, 2001, chapter 16. p. 412-430.

LONGMORE, Paul; UMANSKY, Lauri. Introduction: Disability History: From the Margins to the Mainstream. In: \_\_\_\_\_. (Editors). **The New Disability History: American Perspectives**. New York and London: New York University Press, 2001. p. 1-29.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Os estudos sobre deficiência na educação. **Educação e Sociedade**. Campinas. V. 36, n. 131, abr./jun. de 2015. p. 555-558.

OLIVER, Michael. **The Politics of Disablement**. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 1990.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability: Rights and Wrongs**. London and New York: Routledge, 2006. \_\_\_\_\_. **Disability: the basics**. London and New York: Routledge, 2018.

\_\_\_\_\_. The Social Model of Disability. In: DAVIS, Lennard (Editor). **The Disability Studies Reader**. New York and London: Routledge, 2006, chapter 16. p. 197-204.

SNYDER, Sharom; MITCHELL, David. **Cultural Locations of Disability**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

STIKER, Henri-Jacques. **A History of Disability**. Michigan: University Michigan Press, 1999.

THOMSON, Rosemarie Garland. Seeing the Disabled: Visual Rhetorics of Disability in Popular Photography. In: LONGMORE, Paul; UMANSKY, Lauri (Editors). **The New Disability History: American Perspectives**. New York and London: New York University Press, 2001, chapter 13. p. 335-374.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

